



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE/PE



PROC. TRT Nº: 0000673-89.2013.5.06.0019 (RO)
Recorrentes: NALINAE L DE PAULA RODRIGUES e MIGUEL VIEIRA ARAÚJO.
Advogado: Rodrigo Muniz de Brito Galindo (OAB/PE 20.860).
Recorrida: PETROBRÁS TRANSPORTES S.A. - TRANSPETRO
Advogado: Sylvio Garcez Júnior (OAB/BA 7.510).

Vistos etc.

Os reclamantes **NALINAE L DE PAULA RODRIGUES e MIGUEL VIEIRA ARAÚJO** interpõem Recurso de Revista, com o fim de ver modificado o acórdão que lhes foi desfavorável.

Contudo, constato a existência de decisões conflitantes entre as Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, no que diz respeito ao **critério adotado para apuração da parcela denominada "complementação de RMNR"**, tema abordado no apelo, de modo que, nos termos previstos no art. 896, §§ 4º e 5º, da CLT, imperioso se faz, primeiramente, uniformizar a jurisprudência deste Regional, quanto ao ponto.

Nos termos do §1º do art. 2º da Instrução Normativa nº 37/2015 do Órgão Especial do C. TST, somente a tempestividade dos apelos será aferida na instauração dos Incidentes de Uniformização de Jurisprudência no âmbito dos TRTs, ficando diferida para momento posterior a análise dos demais requisitos de admissibilidade recursal, se for o caso.

In casu, publicado o acórdão em 19/02/2016 (sexta-feira) - fl. 344-v -, tempestivo se encontra o recurso de revista interposto em 26/02/2016 (sexta-feira) - fl. 345.

A fim de demonstrar a existência de decisões conflitantes no âmbito deste Regional, transcrevo, inicialmente, a tese adotada na decisão proferida, nestes autos, pela Terceira Turma Regional, sob a relatoria do Desembargador Ruy Salathiel de A. M. Ventura, publicada no DEJT em 19/02/2016 (fl. 344-v):

"(...) data vênha dos posicionamentos existentes em sentido contrário, tal como referidas no recurso, **parece-me suficientemente claro que a forma de apuração da complementação de RMNR não exclui a devida consideração de outras parcelas pagas.**

A empresa reclamada e a entidade de representação profissional, ao pactuarem os acordos mencionados, cuidaram de deixar assentado que seria assegurado aos empregados a diferença entre o valor de suas remunerações (complexo remuneratório, pois



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE/PE**

abrangente de vantagens pessoais e 'outras parcelas pagas') e o valor de referência regional, e não a diferença entre este e o salário básico, pura e simplesmente. Essa interpretação, cuja viabilidade restou defendida pelos obreiros (acolhida pelo Juiz singular), não desponta como a mais adequada e razoável, não podendo prevalecer. (...)

Não há equívoco a inquinar o procedimento empresarial, que cumpre, de boa fé, aquilo a que se obrigou, e nos limites em que se obrigou. Não há nada que autorize desconsiderar vantagens pessoais e outras parcelas pagas, a exemplo do adicional de periculosidade, para o fim de obter vantagem financeira maior, pois essa alternativa parece pretender assegurar a maior vantagem da parte obreira com a desconsideração do que foi explicitamente pactuado" (destaquei).

Por outro lado, a **Primeira Turma** deste Regional apresentou tese divergente à acima transcrita, ao julgar recurso ordinário interposto por PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRÁS, no processo nº 0000358-90.2014.5.06.0192, sob a relatoria do juiz convocado Milton Gouveia da Silva Filho, publicada no DEJT eletrônico em 23/02/2016:

"A controvérsia submetida a exame consiste em definir se as parcelas decorrentes do labor em condições especiais, como, por exemplo, o adicional de periculosidade, o adicional noturno, o adicional de sobreaviso, o adicional de confinamento e o adicional de horas extras, repouso e alimentação, devem ser consideradas para efeito do cálculo do complemento de Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR, em cumprimento à política remuneratória instituída no âmbito da empresa, por força de Acordo Coletivo de Trabalho.

(...)

Demais disso, como bem observou o sentenciante, 'a interpretação mais adequada do instrumento coletivo em exame é no sentido de que os adicionais garantidos por normas de ordem pública ficam excluídos do cálculo da complementação da RMNR' (ID 3ef4d9b), razão pela qual seriam devidas diferenças salariais e suas repercussões.

(...)

Essa questão, aliás, já foi objeto de deliberação perante o Tribunal Superior do Trabalho, em razão dos dissensos jurisprudenciais existentes, tendo sido pacificado o entendimento, perante a Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, daquela Corte, no sentido de que, **para efeito do cálculo do complemento em razão da Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR, não devem ser acrescidos ao salário básico os adicionais recebidos pelo empregado, decorrentes das circunstâncias especiais que os justificam, tais como o adicional de periculosidade**, por exemplo, cujos fundamentos foram compilados na ementa abaixo transcrita, aos quais me reporto, também, como razão de decidir". (grifei)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE/PE

De outra parte, a **Segunda Turma** deste Tribunal igualmente adotou tese divergente à proferida nestes autos, ao julgar o recurso ordinário interposto pela PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A, nos autos do processo nº 0000313-55.2015.5.06.0191, publicado no DEJT em 07/03/2016, sob a relatoria da Desembargadora Eneida Melo Correia de Araújo, nos seguintes termos:

"RECURSO ORDINÁRIO EMPRESARIAL. PETROBRAS. ACORDO COLETIVO DE TRABALHO. REMUNERAÇÃO MÍNIMA POR NÍVEL E REGIME (RMNR). PISO REMUNERATÓRIO. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS COLETIVAS. IMPERATIVIDADE DAS NORMAS TRABALHISTAS. A parcela descrita como Complemento de RMNR não pode servir como um teto, mas se destina a garantir um piso salarial, um patamar mínimo de remuneração. Não pode elidir, por via transversa, o direito de percepção do adicional de periculosidade ao Obreiro que, por estar sujeito às condições especiais de labor, merece o plus salarial a isto correspondente, conforme instituído pela Constituição da República, no seu art. 7º, inciso XXIII. Dar a interpretação que quer a peça defensoria seria fazer pouco da imperatividade das normas trabalhistas, retirando, mediante equivocada interpretação da norma de produção autônoma, o direito constitucionalmente garantido aos trabalhadores que enfrentam condições perigosas de labor. Apelo empresarial improvido."

Por último, a **Quarta Turma** deste Regional também apresentou tese divergente àquela proferida nestes autos pela Terceira Turma, havendo negado provimento ao recurso ordinário interposto por PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO, no processo nº 0000552-03.2013.5.06.0006, sob a relatoria da Desembargadora Dinah Figueirêdo Bernardo, publicada no DEJT eletrônico em 20/01/2015, como se pode ver na ementa abaixo transcrita:

"EMENTA:RECURSO ORDINÁRIO. COMPLEMENTO DA REMUNERAÇÃO MÍNIMA POR NÍVEL E REGIME (RMNR). CRITÉRIO DE APURAÇÃO. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS COLETIVAS. Discute-se, neste caso, a interpretação a ser conferida à cláusula inserida nos Acordos Coletivos celebrados com a Petrobrás, estipulando a garantia de uma remuneração mínima aos seus empregados, levando em consideração as diversas regiões do País, no intento de preservar a isonomia assegurada na Constituição Federal. Então, aos empregados que recebem valor menor que a RMNR, foi assegurado um complemento até que aquele montante seja alcançado. A forma do cálculo desse complemento diferiu nos ACTs firmados, pois aqueles celebrados em 2007 e 2009 estabeleceram que consistiria na diferença resultante entre a RMNR e o Salário Básico, e o de 2011, que seria a diferença entre a RMNR e o Salário Básico, a Vantagem Pessoal - Acordo Coletivo de Trabalho e a Vantagem Pessoal - Subsidiária. Mas a mesma cláusula dispõe, em todos os casos, que o pagamento das diferenças a título de Complemento de RMNR deve ser efetivada 'sem prejuízo de eventuais outras parcelas pagas, podendo resultar em valor superior à RMNR', e no parágrafo seguinte, que esse mesmo procedimento se aplica 'aos empregados que laboram em regime e/ou condições especiais de trabalho em relação às vantagens devidas em decorrência



**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE/PE**

destes'. A matéria, objeto de grande controvérsia, foi pacificada pela SBDI-1 do TST, em Sessão Especial realizada no dia 26/09/2013, no sentido de que 'a interpretação estrita da norma coletiva não deve preponderar pela singela razão de negar eficácia, por sinuosa via, a todos os direitos oriundos de condições especiais de trabalho que sejam assegurados em norma de hierarquia superior. A preferência pela interpretação estrita, nas hipóteses de cláusulas benéficas, não pode avançar a ponto de legitimar uma conduta ilícita, sendo tal o seu limite de contenção. Sendo embora de bom augúrio que todos os empregados recebam igual tratamento salarial quando se ativam em situações idênticas, a lei impõe ônus financeiro irrelevável ao empregador que submete o empregado a condições adversas de labor, que afetem o tempo de descanso, alimentação ou sono, o lazer e o convívio social ou familiar que dignificam o trabalhador como pessoa humana.'. Conclui-se também, no ensejo, que 'a RMNR não pode igualar onde a Constituição exige desigualdade. E essa constatação, que é bastante *per se*, ganha agravamento quando se infere da própria cláusula normativa que a observância da remuneração mínima ocorre sem prejuízo de eventuais outras parcelas pagas, podendo resultar em valor superior a RMNR, para finalizar que 'O art. 7º, XXVI, da Constituição Federal não autoriza a negociação coletiva quando ela estabelece regra de isonomia que despreza elementos de discriminação exigidos por lei e pela norma constitucional'. Em tal contexto, não merece reparos a decisão. Recurso a que se nega provimento."

Deste modo, caracterizada a divergência na interpretação da parcela RMNR, prevista nos acordos coletivos firmados pela PETROBRÁS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO, PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A e PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, suscito o INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, previsto nos §§ 3º, 4º e 5º do art. 896 da CLT (alterados pela Lei nº 13.015/2014). Por consequência, deixo de analisar, neste momento, a admissibilidade do Recurso de Revista interposto pelos reclamantes (fls. 345/370) e determino o sobrestamento do feito até a uniformização da jurisprudência interna, no particular.

Expeçam-se ofícios ao Presidente do C. Tribunal Superior do Trabalho, à Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, aos Presidentes das Turmas deste Regional, bem como aos demais Desembargadores componentes desta Corte.

Autue-se o Incidente de Uniformização de Jurisprudência (IUJ), em autos apartados, submetendo-se a questão à apreciação do Plenário, observado o procedimento previsto no art. 104 do Regimento Interno deste Regional. Após, junte-se o respectivo acórdão e voltem-me conclusos os autos.

Intimem-se.

Recife, 12 de abril de 2016.

VIRGÍNIA MALTA CANAVARRO

Desembargadora Vice-Presidente do TRT da 6ª Região

PROC. TRT Nº. 0000673-89.2013.5.06.0019 (CONTINUAÇÃO)

/dags/cv